

# O PAPEL DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS DOS FIÉS DA IGREJA UNIVERSAL

**RONIVALDO MOREIRA DE SOUZA**

Doutor em Comunicação Social pela UMESP. Email - ronivaldomds@gmail.com

**Resumo:** Após um período de resistência por parte dos historiadores, a história oral ganhou espaço como instrumento para a pesquisa histórica. A natureza subjetiva do testemunho oral foi logo percebida como uma forma potencial de comunicação das organizações com seus diversos públicos. Esta visão foi também incorporada pelas organizações religiosas que passaram a explorar um gênero da tradição religiosa oral, o testemunho, para estabelecer sua legitimidade organizacional. Este trabalho tomou como objeto para análise o acervo de depoimentos que a Igreja Universal mantém em seu portal na internet (universal.org) na aba Histórias de Vida. A proposta é definir um modelo geral da estrutura narrativa que possibilite apreender na natureza subjetiva dos depoimentos, a relação entre memória e história na legitimação organizacional da Igreja Universal

**Palavras-chave:** Comunicação Organizacional; Memória; História Oral; Narrativa; Igreja Universal.

## **INTRODUÇÃO**

Há muito se investiga a estreita relação entre religião e mercado admitindo-se que ao adotar a lógica de mercado, as instituições religiosas competem como qualquer outra organização nesse espaço. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa procura investigar como a Igreja Universal constrói, nesse espaço, a sua legitimidade organizacional.

O objeto dessa pesquisa é um gênero específico do discurso religioso: o testemunho. Esse gênero que quase foi extinto da liturgia católica e das igrejas protestantes históricas ganhou destaque nas igrejas neopentecostais, tornando-se o principal gênero de persuasão midiática.

Uma comparação entre o censo realizado pelo IBGE em 2000 e o censo realizado em 2010, mostra que a IURD perdeu aproximadamente 230 mil fiéis em uma década. Diante disso a IURD se vê frente à necessidade de apresentar as credenciais de sua legitimidade, pois levar “o receptor da mensagem a aceitar a sua legitimidade organizacional é fundamental para a continuidade da Igreja Universal, diante de um intenso processo de trânsito religioso, realidade que ela assume e pretende mudar” (CAMPOS, 1997, p.301).

O foco investigativo incide sobre a subjetividade característica da história oral, considerando-a como instrumento de resgate da memória. A partir dessas considerações teóricas, observa-se a maneira como a Igreja Universal explora os depoimentos, construindo a partir das narrativas e das memórias subjetivas, sua identidade e legitimidade organizacional.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Memória, História e Narrativa**

Memória pode ser definida, a priori, como “um conjunto de funções cerebrais que permitem ao homem guardar as mensagens” (NASSAR, COGO; 2012, p.102).

No entanto, uma caracterização da memória como registro e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências, acaba deslizando para produtos objetivos de um mecanismo, tomados como algo concreto cuja produção e

desfecho estão enclausurados no passado e que precisam ser transportados para o presente (MENEZES, 1992. p.10).

Para não incorrer nesse perigo, Nassar e Cogo (2012, p.102) orientam considerar a constante possibilidade de seleção que antecede a evocação dos conteúdos, bem como, os sentimentos e emoções que permeiam as memórias. Pensando a comunicação como uma interação que coloca os sujeitos em relação, pode-se afirmar que comunicar é tornar comum, compartilhar, comungar. Desta forma, um ponto de partida mais apropriado para pensar a memória seria “a multiplicidade e a convivência de diversos sujeitos, que reconstroem experiências passadas, à luz ou não das intensões do presente” (NASSAR, COGO; 2012, p. 103). Segundo Nassar e Cogo (2013, p.127), a “história não é um desenvolvimento orientado pelo progresso, uma sucessão cronológica de fatos, ela é a memória do presente”. Porém, esta relação, quando analisada profundamente, revela mais diferenças que semelhanças.

Traçando um paralelo entre história e memória Ferreira sugere a seguinte diferenciação:

A história busca reproduzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA, 2002, p.321).

Nesta perspectiva, Nora (1981, p.9) afirma que a história e memória não são sinônimos, pelo contrário, opõe-se uma a outra. A memória é a vida, carregada por grupos vivos, está em permanente evolução, sempre aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável aos usos e manipulações, e susceptível de repentinas revitalizações. Por outro lado a história é a reconstrução incompleta daquilo que não existe mais. A autora prossegue:

A memória é sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque é operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica [...]. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1981, p.9).

A memória tomada como história torna-se um meio para um fim, a saber, a própria história. Esta memória arquivística que a história cria para construir seu objeto concreto e objetivo, destrói o caráter espontâneo, subjetivo, coletivo e social da memória (NORA, 1981, p.14).

A memória está ligada ao esforço de construção de identidade individual e coletiva, diferindo-se da história que é forma intelectual de conhecimento. Enquanto a história é uma operação cognitiva, a memória é uma operação ideológica “processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz” (MENEZES, 1992, p.22). O autor acredita que a memória promove o intercâmbio social e indica, por fim, que o estudo da memória deveria ser conduzido pelo domínio das representações sociais.

## **2.2 A História Oral e a Questão da Subjetividade**

Ferreira (2002) percorreu os caminhos metodológicos para pesquisas históricas, buscando compreender porque a história oral ganhou, durante muito tempo, tanta resistência por parte dos historiadores.

A desvalorização do papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos foram componentes desqualificadores do uso dos relatos pessoais e das histórias de vida como métodos de resgate da memória. Nesse contexto, a subjetividade era sempre olhada com desconfiança pelo historiador, um obstáculo na busca pela *verdade objetiva*. A principal alegação era que “os testemunhos não podiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações” (FERREIRA, 2002, p.319). A análise quantitativa predominava.

Somente a partir da década de 1980, com a revalorização da análise qualitativa, é que importantes mudanças ocorreram em diferentes campos da pesquisa histórica. Resgatou-se a importância das experiências individuais, “deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares” (FERREIRA, 2002, p.319). Foi essa perspectiva que tornou possível a aceitação do valor dos testemunhos diretos, reconhecendo que a subjetividade e a distorção dos

depoimentos não eram elementos desqualificadores, mas sim, uma fonte adicional para a pesquisa.

### **2.2.1 A Subjetividade Narrativa na História Oral**

Para Caprino e Perazzo (2011, p.806) a história oral estabelece o indivíduo como protagonista na história, pois, ao fazer a ponte entre o passado e o presente testemunha os diversos acontecimentos que presenciou. São essas experiências pessoais que permitem recuperar a história social, cultural e cotidiana.

Nesse caso, a questão da veracidade se desloca e se aloja no próprio narrador, pois, “a verdade está intrínseca na versão do próprio narrador, trata-se da sua verdade, de acordo com suas opções do que revelar ou ocultar” (CAPRINO E PERAZZO, 2011, p.806). A memória é a instância que passa a nortear as reflexões dando subsídios aos estudos baseados em história oral e, assim sendo, o pesquisador precisa reconhecer que os dados coletados se baseiam em vivências subjetivas e individuais (p.805-806).

As narrativas, que evidenciam as formas de construção e organização do discurso pelos sujeitos tornam-se o objeto de análise, não apenas para revisitar os momentos históricos, mas, também, para compreender processos comunicacionais e culturais (CAPRINO E PERAZZO, 2011, p.806). Considerando que a fala precede a escrita no papel de transmissão de tradições, crenças e valores, pode-se afirmar que a arte de contar histórias é um elemento fundador nas sociedades anteriores à escrita.

Sobre esta dimensão subjetiva da narrativa, Benjamim (1994, p.201) constata que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. Nesta relação, os depoimentos são “processos de recordação que permitem identificar o que os narradores pensam de si no presente e do passado” (CAPRINO E PERAZZO, 2011, p.809). Há que se lembrar ainda que o narrador, ao narrar a sua história, não tem como objetivo configurar um passado exato e preciso, mas sim, molda-lo de forma que se ajuste às suas necessidades e aspirações no presente (p.809).

## 2.3 Memória e História Organizacional

A história de uma empresa não deve ser só um resgate do passado, mas sim, um marco que sirva de referência para as pessoas redescobrirem valores e experiências, e reforçarem vínculos criando empatia com a trajetória da organização. Nesse caso, a memória da empresa tem papel decisivo na captação de parceiros e colaboradores, bem como na garantia da coesão do grupo (WORCMAN, 2004, p.23).

A memória organizacional “é uma seleção subjetiva daquilo que é passado, com presença afirmada no presente e influência no futuro da empresa ou instituição” (NASSAR; COGO, 2013, p.130). Logo, é óbvio que não se pode dissociar esta área da comunicação organizacional, tão pouco menosprezar o papel da memória nas interações informativas e relacionais, principalmente “na valoração de ativos intangíveis e nos postulados e atributos de marcas potencializados a partir de um sentido histórico lastreador” (p.130).

A história oral surge nesse cenário como importante ferramenta de (re)construção da memória organizacional, pois, é na narrativa que se materializam as percepções dos diferentes públicos sobre as organizações, bem como suas sensações inscritas em um dado contexto social e econômico:

Para bem além das decisões de posicionamento mercadológico, cuja a exigência de foco também acaba por vezes desvirtuando o que seria a essência de surgimento e conduta da organização, o que se chama à atenção é a possibilidade diferenciadora de utilização da história lembrada como recurso de atratividade e genuinidade. [...] estes temas servem ao reforço do pertencimento, da confiança nos inúmeros públicos, da gestão do conhecimento e do capital intelectual e da reputação acumulada por uma organização (COGO; NASSAR, 2013, p.130).

Quando essa construção da memória é feita via história oral, dando voz aos funcionários, a história da organização ganha em emoção e credibilidade, elementos resultantes da própria subjetividade dos depoentes. Em retorno, essa percepção materializada na narrativa adquire um papel estratégico para a organização, já que o sentido “da memória para a vida e as emoções humanas, tem inspirado as organizações e suas estratégias, ações e comportamentos” (COGO; NASSAR, 2013, p.130).

Segundo Thompson (1992, p.197) “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva”. Assim sendo, a fonte oral não deverá ser tratada como um documento a mais, sacrificando sua subjetividade na busca por uma construção objetiva da história. Ao atentar para a riqueza subjetiva dos testemunhos orais, as organizações constroem uma imagem mais humanizada da marca, e mais facilmente percebida pelo seu público alvo que não se identificará, a priori, com uma marca, mas sim, com uma história de vida capaz de suscitar-lhe empatia através de uma intersubjetividade.

#### **2.4 O Testemunho Religioso: Da Tradição Oral aos Dias Atuais**

Francisco (2007, p.158) definiu o testemunho religioso como “um modo de narrar a vida a partir das mudanças instauradas pela crença”. O autor observa que a proposta desse gênero articulado em dois momentos centrais – *antes e depois* – é construir no tempo presente uma nova identidade e um novo modo de afirmação social atravessado pelos valores da crença (p.163). Sobre esse *binômio* da estrutura narrativa do gênero na religião cristã, Mafrá acrescentou que a “estrutura típica do testemunho [...] organiza-se segundo um processo de reconhecimento de um determinado estado volitivo x que, com o auxílio ou intervenção de Jesus, transformou-se no estado y” (MAFRA, 1999, p.369-382).

Segundo o Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento (2000, p.2503-2515) a palavra *martyria* (testemunho), bem como o grupo de palavras que dela derivam<sup>1</sup>, no mundo grego neotestamentário estava claramente ligada à esfera jurídica. As testemunhas eram convocadas em um inquérito judicial, ora para testemunhar de fatos ocorridos no passado, ora para oferecer substanciação futura em transações legais, como na assinatura de contratos. A apropriação da palavra na tradição cristã neotestamentária remonta ao livro de Atos e aos escritos joaninos, onde o relato de uma experiência pessoal com Cristo abre caminho à fé de outros, como exemplifica a narrativa da mulher samaritana no Evangelho de João 4:39 – “Muitos samaritanos daquela cidade creram nele, em virtude do testemunho da mulher, que anunciara: ele me disse tudo quanto tenho feito” (1993, p.80).

---

<sup>1</sup>Champlin afirma que existem três palavras hebraicas para designar “testemunho” no Antigo Testamento (*Edah, Ed, Teudah*). Já no Novo Testamento, três palavras gregas são traduzidas como testemunho: *Martúron* – testemunho; *Diamartúromai* – testificar amplamente; *Epimarturéo* – testificar além. CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia: s - z e índice**. 3 ed. São Paulo: Candeia, 1995. p.521.

Nesta perspectiva, Oliveira (2010, p.26) afirma que essa atividade comunicacional, no cristianismo, está atrelada à tarefa de comunicar o evangelho, contribuindo para a divulgação da religião cristã. Segundo sua constatação, tradicionalmente o testemunho religioso se dava na forma de comunicação direta, interpessoal, ora de pessoa a pessoa, ora de forma pública durante as reuniões informais nas casas, e formais (cultos, missas) nos templos. Percebe-se no conjunto dessas definições que o testemunho é um gênero de compartilhamento da crença e, portanto, fundamental para o nascimento e manutenção da fé, já que:

as crenças só são ativas quando compartilhadas [...]. De fato, o homem que tem verdadeira fé sente invencível a necessidade de difundi-la; para isso ele sai do seu isolamento, aproxima-se dos outros, procura convencê-los, e o ardor das convicções por ele suscitadas vem reforçar a sua (DURKHEIM, 1989. p. 503).

Em sua busca por uma teoria da religião que compreendesse os fundamentos da expressão religiosa humana, Stark constatou que a religião provê compensadores por galardões que são escassos ou indisponíveis. A religião oferece meios alternativos para os seres humanos alcançarem as mais escassas e, portanto, valoradas recompensas. O autor observa que, para atenuar os riscos entre a recompensa e sua conquista e manter a credibilidade para com o fiel, a religião recorre à criação de evidências. O testemunho é apontado pelo autor como “a primeira técnica por meio da qual os grupos religiosos atuam coletivamente, visando a suscitar fé nos próprios compensadores” (STARK, 2006, p.192-193). O autor atesta que, quando os depoentes transmitem sua certeza pessoal de que as promessas da religião são verdadeiras, proveem evidências de que a religião funciona. O sociólogo considera que os depoimentos são mais persuasivos quando a testemunha tem menos razões para exagerar os benefícios da religião, ou seja, o depoimento de companheiros de comunidade soa mais confiável do que o do clero pelo fato de a subsistência desse último grupo ser dependente da fidelidade do rebanho.

## **2.5 O Uso do Testemunho pela Igreja Universal**

Diante das particularidades do gênero e dos indicadores de sua finalidade na prática religiosa, pode-se recorrer a estudos já realizados nesse campo, tendo como objeto a recorrência do uso dos testemunhos pela IURD.



Campos (1997, p.306) observou que a espontaneidade discursiva que marcava o gênero em sua forma tradicional foi substituída na IURD pelo formato do tipo espontâneo-administrável, em que predomina um claro direcionamento daquilo que o depoente deverá dizer, eliminando assim tudo o que poderia destoar do discurso padrão da igreja. O roteiro narrativo do testemunho dos fiéis da IURD se concentra na resposta a três perguntas básicas: “Como era sua vida antes de chegar à igreja? Como você chegou até a igreja? Como está sua vida agora?” (FRANCISCO, 2007. p.4.). Esse roteiro assegura os eixos narrativos *antes/depois*, tendo como ponto de transformação a intervenção da IURD.

Ao mensurar o fenômeno de forma quantitativa, Fonseca (2003, p.271) constatou que o *antes* nos testemunhos dos fiéis da IURD, definido pela expressão “fundo do poço”, ocupa em média 75% da narrativa e é sempre o ponto de partida dos depoimentos. Mafra explica essa estrutura alegando que o “modelo testemunhal da experiência a nível individual está condicionado a uma disponibilidade anterior da pessoa para a transformação, quer dizer, sem a insatisfação não há como produzir milagres” (MAFRA, 1999, p.379). Moraes vai além quando diz que o fiel só desejará a recompensa ofertada pela igreja se de fato tiver necessidade dela e é por meio dos testemunhos que a audiência consegue identificar os problemas que devem ser solucionados em sua vida, ou seja, os “testemunhos funcionam como tipos ideais, sempre tocando em pontos nevrálgicos que afligem boa parte das pessoas” (MORAES, 2010. p.174).

### **3. PROEDIMENTOS METODOLOGICOS**

#### **3.1 O Resgate Subjetivo da História Como Legitimação Organizacional e Promoção Institucional**

Este trabalho tomou como objeto para análise o acervo de depoimentos que a Igreja Universal mantém em seu portal na internet (universal.org) na aba Histórias de vida<sup>2</sup>. A proposta é definir um modelo geral da estrutura narrativa que possibilite

---

<sup>2</sup> HISTÓRIAS de vida. Universal.org. Disponível em: < <https://www.universal.org/noticias/categoria/historias-de-vida>>.

apreender na natureza subjetiva dos depoimentos, a relação entre memória e história na legitimação organizacional da Igreja Universal.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 A Estrutura Narrativa do Testemunho Religioso

A estrutura narrativa dos depoimentos analisados se baseia em um *antes/depois* tendo como ponto de transformação a intervenção da Igreja Universal.

O *antes* da estrutura narrativa é muito bem arquitetado possuindo uma introdução, desenvolvimento e clímax. No geral, tem como ponto introdutório a infância do depoente. A história de uma infância feliz que é roubada por algum incidente da vida: morte dos pais, separação da família, crises financeiras geradas por vícios, violência doméstica, etc. Esse resgate da memória possui forte carga emocional e surge como princípio explicativo para a série de insucessos pessoais que o depoente narrará do seu passado.

Essa parte introdutória cria um problema central (de ordem financeira, sentimental, física ou espiritual), que servirá de ponto norteador para o desenvolvimento da narrativa. A busca pela solução desse problema constitui uma saga que se alterna entre o experimento e o fracasso. A cada nova tentativa (novos negócios, novo relacionamento, novo tratamento médico, nova religião, e etc), um novo fracasso.

É nesse ponto que o *antes* da estrutura narrativa atinge seu clímax: quando o depoente parece ter esgotado as possibilidades. A expressão usada para descrever esse momento é: “fundo do poço”. É aqui que o depoente testemunha ter encontrado a Igreja Universal, que mudou a sua vida.

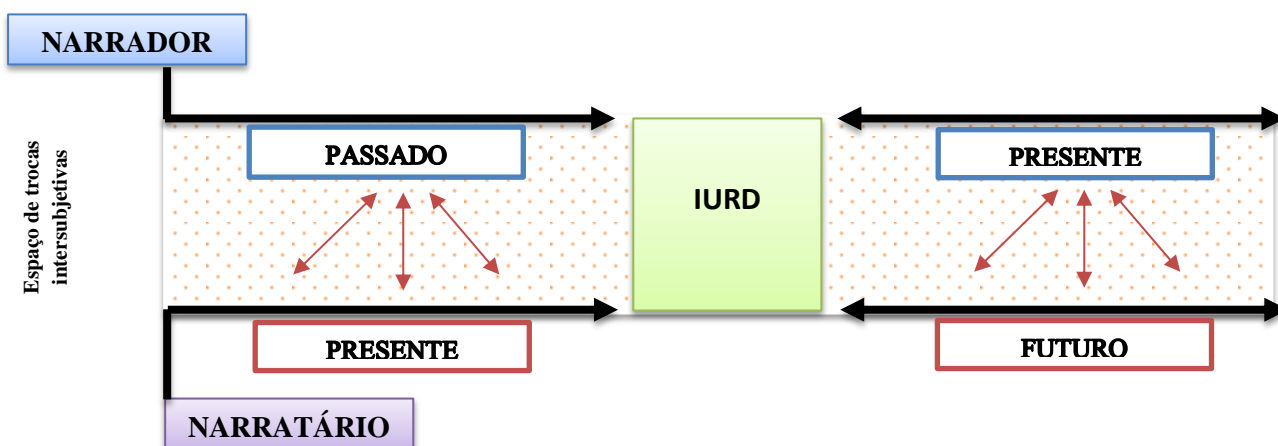
O *depois* da estrutura narrativa funciona como uma conclusão, o final feliz da história. Nela, o *presente* do depoente se contrasta com o *passado* por ele descrito. Aqui o sucesso é alcançado e a felicidade é encontrada graças à intervenção da Igreja Universal.

## 4.2 O Passado e o Presente Como Projeções Futuras

A grande força legitimadora organizacional desse discurso está no fato de que a Igreja Universal é o ponto central de uma história individual projetada para uma dimensão coletiva. Ela, como organização, é um marco, um divisor de águas na vida de seus *fiéis/colaboradores*.

Nesse resgate de uma memória subjetiva a grande sutileza discursiva está na passagem da dimensão individual para a coletiva. Benjamim (1994, p. 200), entende que esta passagem ocorre sutilmente como uma espécie de conselho, implícita no próprio ato de narrar. Aconselhar, diz ele, “é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada”. Essa *sugestão* ocorre naturalmente pelo próprio ato de verbalização de uma situação individual. Para o autor o ouvinte assimila à sua própria experiência, a experiência do narrador. É nessa habilidade de se mover nos degraus da própria experiência que o narrador constrói a imagem de uma experiência coletiva, pois, “o narrador é figura na qual o justo se encontra consigo mesmo” (BENJAMIM, 1994, p.221).

Dessas inferências pode-se propor o seguinte esquema para explicar a estrutura narrativa dos testemunhos analisados, bem como a intersubjetividade entre narrador e narratário:



Percebe-se que a própria estrutura narrativa propicia um espaço de relação intersubjetiva entre narrador e narratário. O passado do narrador estabelece uma

relação de empatia com o presente do narratário, e o presente do narrador estabelece uma projeção para o futuro do narratário.

Ao instaurar como problemática de sua narrativa questões nevrálgicas que atingem a coletividade (crises financeiras, sentimentais, físicas e espirituais), o narrador cria um espaço onde o narratário pode identificar problemas pontuais de sua vida no presente, com aqueles que o depoente narra do seu passado. O acesso às lembranças de um passado “histórico” tem como objetivo corresponder à uma “realidade” presente na própria história do narratário.

Por outro lado, o *presente* narrado pelo depoente volta-se para o narratário como um conselho implícito, apresentando a Igreja Universal como solução para os problemas que o narratário enfrenta na sua vida. O presente do narrador serve como uma projeção de futuro bem sucedido, caso o narratário aceite este conselho e busque na mesma fonte as soluções encontradas pelo narrador. O narratário não é convidado explicitamente a identificar-se com a história da organização, mas sim, com a história do depoente que intermedia sua relação com a organização, humanizando-a. Assim sendo, a história da organização se constrói nas muitas histórias e memórias subjetivas de seus depoentes.

A grande sutileza estratégica está no fato que a legitimação organizacional da Igreja Universal é atestada e promovida na subjetividade do depoente. É a história de vida do depoente que legitima o discurso da Igreja Universal. Se por um lado a Igreja Universal é o ponto de ruptura com um passado triste que o depoente recupera na memória, por outro, o testemunho que ele dá constrói uma identidade organizacional com a qual o narratário pode identificar-se, aqui e agora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destas considerações podemos concluir que a utilização do testemunho religioso pela Igreja Universal constitui uma importante ferramenta para a legitimação organizacional e promoção institucional.

Ao explorar a subjetividade de seus depoentes para demarcar seu espaço institucional, a Igreja Universal busca estabelecer uma reputação como organização religiosa. Esta reputação é validada na narrativa do depoente que a apresenta como solução para seus problemas pessoais. Os testemunhos que inicialmente se

apresentam como relatos pessoais são, na verdade, a construção de uma identidade organizacional humanizada via resgate da memória subjetiva.

Esta trama narrativa estratégica de comunicação institucional busca captar adeptos. As experiências subjetivas do narrador criam um espaço de trocas intersubjetivas que intencionam criar no narratário uma identidade com a marca. Os valores intangíveis da organização são (re)afirmados pelo narrador, e, é sua história pessoal que intermedia a relação entre o narratário e a organização que deseja conquistar sua adesão.

Estas histórias de vida ancoradas no contexto social e cultural, promovem uma relação intersubjetiva entre narrador e narratário, estimula o senso de pertencimento entre narrador e organização, e legitima o espaço organizacional da Igreja Universal.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. p.80.

BENJAMIM, Walter. **Narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BROWN, Colin; COENEN, Lotthar (*orgs*). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. 2. Ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. p.2503-2515.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado**: Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis – RJ: Vozes; São Paulo: Simpósio e UMESP, 1997. p. 301.

CAPRINO, Mônica Pegurer; PERAZZO, Priscila Ferreira. **História oral e estudos de comunicação e cultura**. Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia. Porto Alegre, v.18, nº 3. Setembro a Dezembro de 2011. p. 801-815.

**Censo Demográfico 2000**. IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/primeiros\\_resultados\\_amost\\_ra/brasil/pdf/tabela\\_1\\_1\\_2.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/primeiros_resultados_amost_ra/brasil/pdf/tabela_1_1_2.pdf)>. Acesso em 24 de Jul. 2013.

**Censo Demográfico 2010**. IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia\\_tab\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm)>. Acesso em 24 de Jul. 2013.

CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia**: s - z e índice. 3 ed. São Paulo: Candeia, 1995. p.521.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Revista *Topoi*: Revista de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: dezembro de 2002. p.314-332.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Igreja Universal**: um império midiático. In: ORO, Ari Pedro;  
CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs). **Igreja Universal do Reino de Deus**: os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003. p.271.

FRANCISCO, Adilson José. **Vivências e ressignificações do neopentecostalismo em Rondonópolis – MT**. 2007. p.158. Tese (Doutorado) – Doutorado em História, PUC-SP, São Paulo, 2007. Disponível em:  
<[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4677](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4677)>.

MAFRA, Clara Cristina Jost. **Religiosidades em trânsito**: O caso da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil e em Portugal. *Lusotopie*, 1999. p.369-382. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/mafra.pdf>>. Acesso em: maio 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A História, Cativa da Memória?** Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Nº 34, p. 9-24, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>>. Acesso em Mar. 2015.

MORAES, Gerson Leite de. **Idade média evangélica no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

NASSAR, Paulo; COGO, Rodrigo Silveira. **Entre o passado, o presente e o futuro**: Subsídios para a comunicação organizacional no embate entre inovação, história e memória. Revista Brasileira de História da Midia. v.2, nº 1, Janeiro a Junho de 2013, p.125-133.

NASSAR, Paulo; COGO, Rodrigo Silveira. **Narrativas em comunicação organizacional e as interações com a memória**. Revista Esferas, ano I, Nº 1, Julho a Dezembro de 2012. Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro-Oeste, p.101-110. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/issue/view/226>>. Acesso em Mar. 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981. p.7-28.

OLIVEIRA, Derli Machado de. **Testemunho, mídia e prosperidade**: o evangelho segundo o capitalismo neoliberal. 2010. p.56. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=196747](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=196747)>.

STARK, Rodney. **O crescimento do cristianismo**: um sociólogo reconsidera a história. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 192-193.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 23-30.